



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 10 | outubro 2012



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia e do Emprego

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: outubro de 2012

Elaborado com informação disponível até ao dia 25 de outubro.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia e do Emprego

Avenida da República, 79, 1.º

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

(Texto escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico)

Procedimento dos Défices Excessivos – 2.ª Notificação de 2012

De acordo com a segunda notificação do Procedimento dos Défices Excessivos de 2012, divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística a 28 de Setembro, os valores do défice orçamental e da dívida das Administrações Públicas, relativos a 2011, situaram-se em 4,4% e 108,1% do PIB, respetivamente (Quadro 1).

Quadro 1 - Indicadores Orçamentais (PDE)					
	2008	2009	2010	2011	2012p
Saldo Global					
1. Notificação de Setembro de 2012	-3,6	-10,2	-9,8	-4,4	-5,0
2. Notificação de Março de 2012	-3,6	-10,2	-9,8	-4,2	-4,5
Diferença (1-2)	0,0	0,0	0,0	-0,2	-0,5
Saldo Primário					
1. Notificação de Setembro de 2012	-0,6	-7,3	-7,0	-0,4	-0,7
2. Notificação de Março de 2012	-0,6	-7,3	-7,0	-0,4	0,4
Diferença (1-2)	0,0	0,0	0,0	0,0	-1,1
Dívida Pública					
1. Notificação de Setembro de 2012	71,7	83,2	93,5	108,1	119,1
2. Notificação de Março de 2012	71,6	83,1	93,3	107,8	112,5
Diferença (1-2)	0,1	0,2	0,2	0,3	6,6

Fontes: INE, Notificação do défice e da dívida das Administrações Públicas - 30 de março de 2012 e 28 de setembro de 2012.

A revisão dos valores destas variáveis deveu-se à incorporação de informação adicional, tendo resultado no agravamento dos saldos na Administração Central e na Segurança Social, em 0,17p.p. e 0,03p.p. do PIB, respetivamente, o qual foi parcialmente compensado por um maior excedente na Administração Local (em 0,05p.p.). Quando comparados com 2010, os valores agora apurados para o ano de 2011 refletem uma melhoria do saldo orçamental em 5,4p.p. do PIB e um aumento da dívida pública em 14,5p.p..

Para 2012, o limite para o défice foi revisto de 4,5% para 5,0% do PIB, durante o quinto exame regular do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF). Esta revisão tem subjacente um maior impacto dos estabilizadores automáticos via receitas fiscais, contribuições sociais e subsídio de desemprego, o qual foi parcialmente compensado por poupanças na despesa (juros e despesa com pessoal) e por medidas adicionais (concessão da ANA, reprogramação do QREN, contenção da despesa com prestações sociais e de investimento. aumento da tributação sobre imóveis de elevado valor e sobre os rendimentos de capital). Comparando com o ano anterior, o défice orçamental em 2012 deverá aumentar 0,6p.p. do PIB. Contudo, se excluirmos o impacto das medidas extraordinárias no saldo orçamental - de 3,0% do PIB, em 2011, e 1,0%, em 2012 - o défice reduzir-se-á de 7,4% do PIB em 2011 para 6,0% em 2012. A dívida pública, em 2012, deverá aumentar menos acentuadamente do que em 2011, passando de 108,1% para 119,1% do PIB, correspondendo a uma revisão em alta de 6,6p.p. do PIB, face à primeira notificação de 2012, refletindo, entre outros, a revisão do défice, a reclassificação no perímetro das Administrações Públicas de duas empresas públicas e a revisão dos ativos financeiros, em particular sob a forma de depósitos.

Analisando a evolução da conta das Administrações Públicas (Quadro 2), constata-se que a despesa corrente primária aumentou em 2008 e 2009, invertendo a trajetória nos anos seguintes. Este aumento da despesa corrente primária reflete o aumento das prestações sociais que não em espécie, das despesas com pessoal e do consumo intermédio, estas duas últimas componentes já em 2009. A partir de 2010, o comportamento da despesa corrente primária é fortemente influenciada pela diminuição das despesas com pessoal. A despesa de capital excluindo as medidas temporárias mantém-se estável até 2011, ano em que sofre uma quebra de 1,0p.p. do PIB.

Após a quebra verificada na receita fiscal em 2009, em resultado da evolução económica e da adoção de medidas discricionárias, observou-se uma recuperação, em 2010 e 2011, neste último caso em virtude, principalmente, da sobretaxa extraordinária sobre os rendimentos (0,9p.p. do PIB). A receita de capital,

quer em 2010, quer em 2011, apresentou um crescimento acentuado explicado essencialmente pelas medidas extraordinárias, nomeadamente as transferências de fundos de pensões da Portugal Telecom, em 2010, e do setor bancário, em 2011, representando 1,6% e 3,5% do PIB, respetivamente.

Quadro 2: Contas das Administrações Públicas

	(% do PIB)				
	2008	2009	2010	2011	2012p
Receita Total	41,1	39,6	41,4	45,0	:
Receita Corrente	40,4	38,8	38,7	40,5	:
Receita Fiscal	23,8	21,7	22,2	23,6	:
Receita Contributiva	11,9	12,5	12,2	12,2	:
Outras receitas correntes	2,4	2,4	2,4	2,6	:
Receita de Capital	0,7	0,7	2,7	4,4	:
Despesa Total	44,7	49,7	51,2	49,4	:
Despesa Corrente	41,7	45,8	45,6	45,4	:
Despesas com pessoal	12,0	12,7	12,2	11,4	:
Prestações Sociais que não em espécie	4,2	5,0	4,9	4,7	:
Juros	3,0	2,8	2,9	4,0	4,3
Outras despesas correntes	2,2	2,5	2,8	2,6	:
Despesa de Capital	3,1	4,0	5,6	4,0	:
Saldo Global	-3,6	-10,2	-9,8	-4,4	-5,0
Saldo Primário	-0,6	-7,3	-7,0	-0,4	-0,7
<i>Em memória:</i>					
Despesa Total Primária	41,7	46,9	48,4	45,4	:
Despesa Corrente Primária	38,6	42,9	42,7	41,4	:

Fonte: INE, setembro 2012.

Em 2011, a generalidade dos países europeus encontravam-se em processo de consolidação orçamental, o que se traduziu numa redução do défice público, quer da área do euro, quer da União Europeia (Quadro 3).

No contexto europeu, em 2011, o défice orçamental português situou-se ligeiramente acima da média da área do euro (4,1% do PIB). De referir que 11, dos 17 países membros, apresentaram valores para o défice superiores a 3% do PIB. Excluindo Chipre e a Eslovénia, os restantes países da área do euro melhoraram o saldo global, sendo Portugal o segundo país, a seguir à Irlanda, onde o ajustamento foi mais expressivo.

Em sentido contrário, a dívida em percentagem do PIB continuou a aumentar, situando-se em 82,5% do PIB na média da União Europeia e em 87,3% na média da área do euro. Atualmente, catorze Estados-membros registam rácios da dívida superiores ao valor de referência (60%): Grécia, Itália, Irlanda, Portugal, Bélgica, França, Reino Unido, Alemanha, Hungria, Áustria, Malta, Chipre, Espanha e Países Baixos.

Quadro 3 - Saldo Orçamental e Dívida Pública na União Europeia

	Saldo Orçamental				Dívida Pública			
	2008	2009	2010	2011	2008	2009	2010	2011
União Europeia	-2,4	-6,9	-6,5	-4,4	62,2	74,6	80,0	82,5
Área do euro	-2,1	-6,3	-6,2	-4,1	70,2	80,0	85,4	87,3
Bélgica	-1,0	-5,5	-3,8	-3,7	89,2	95,7	95,5	97,8
Alemanha	-0,1	-3,1	-4,1	-0,8	66,8	74,5	82,5	80,5
Irlanda	-7,4	-13,9	-30,9	-13,4	44,5	64,9	92,2	106,4
Grécia	-9,8	-15,6	-10,7	-9,4	112,9	129,7	148,3	170,6
Espanha	-4,5	-11,2	-9,7	-9,4	40,2	53,9	61,5	69,3
França	-3,3	-7,5	-7,1	-5,2	68,2	79,2	82,3	86,0
Itália	-2,7	-5,4	-4,5	-3,9	106,1	116,4	119,2	120,7
Chipre	0,9	-6,1	-5,3	-6,3	48,9	58,5	61,3	71,1
Luxemburgo	3,2	-0,8	-0,8	-0,3	14,4	15,3	19,2	18,3
Malta	-4,6	-3,9	-3,6	-2,7	62,0	67,6	68,3	70,9
Países Baixos	0,5	-5,6	-5,1	-4,5	58,5	60,8	63,1	65,5
Áustria	-0,9	-4,1	-4,5	-2,5	63,8	69,2	72,0	72,4
Portugal	-3,6	-10,2	-9,8	-4,4	71,7	83,2	93,5	108,1
Eslovénia	-1,9	-6,0	-5,7	-6,4	22,0	35,0	38,6	46,9
Finlândia	4,4	-2,5	-2,5	-0,6	33,9	43,5	48,6	49,0
Eslováquia	-2,1	-8,0	-7,7	-4,9	27,9	35,6	41,0	43,3
Bulgária	1,7	-4,3	-3,1	-2,0	13,7	14,6	16,2	16,3
República Checa	-2,2	-5,8	-4,8	-3,3	28,7	34,2	37,8	40,8
Dinamarca	3,2	-2,7	-2,5	-1,8	33,4	40,6	42,9	46,6
Estónia	-2,9	-2,0	0,2	1,1	4,5	7,2	6,7	6,1
Letónia	-4,2	-9,8	-8,1	-3,4	19,8	36,7	44,5	42,2
Lituânia	-3,3	-9,4	-7,2	-5,5	15,5	29,3	37,9	38,5
Hungria	-3,7	-4,6	-4,4	4,3	73,0	79,8	81,8	81,4
Polónia	-3,7	-7,4	-7,9	-5,0	47,1	50,9	54,8	56,4
Roménia	-5,7	-9,0	-6,8	-5,5	13,4	23,6	30,5	33,4
Suécia	2,2	-0,7	0,3	0,4	38,8	42,6	39,5	38,4
Reino Unido	-5,1	-11,5	-10,2	-7,8	52,3	67,8	79,4	85,0

Fonte: Eurostat, Euro-Indicators, 22 de outubro de 2012.

Ajustamento de Passagem do Défice à Variação da Dívida

O ajustamento de passagem do défice à variação da dívida obtém-se através na diferença entre a variação da dívida pública e o défice orçamental, para um dado período de análise.

Em 2011, este ajustamento foi particularmente significativo em Portugal, atingindo o valor de 9,2% do PIB, justificado, principalmente, pela acumulação de depósitos da administração central (6,0% do PIB), dados os montantes não utilizados do programa de financiamento do PAEF. Adicionalmente, regista-se ainda um aumento dos outros ativos financeiros (2,4%) em virtude da transferência parcial dos fundos de pensões da banca, a realizar em 2012, numa base de caixa (Quadro 4).

Quadro 4 - Ajustamento Défice – Dívida em Portugal

	(% PIB)			
	2008	2009	2010	2011
Ajustamentos <i>Stock-Flow</i>	0,7	-0,1	2,5	9,2
Aquisição líquida de activos financeiros	0,7	0,6	2,8	8,5
Moeda e depósitos	-0,3	-0,3	0,4	6,0
Títulos excluindo acções	-0,5	0,2	-0,3	0,1
Empréstimos	0,4	-0,1	0,7	0,3
Acções e outras participações	1,2	0,6	0,9	-0,2
Outros activos financeiros	0,1	0,3	1,0	2,4
Outros ajustamentos (ajust.+discrep.est.)	0,1	-0,7	-0,3	0,7

Fonte: Eurostat, *Stock-flow adjustments for the Member States*, outubro 2012.